

BALANÇO SOCIAL RELATÓRIO DE DESEMPENHO SOCIAL? ANÁLISE DOS SETORES PETROQUÍMICO E ELÉTRICO NO RIO DE JANEIRO

Adriana Rodrigues Faur¹
Vanessa Santana Machado²
Leonardo Pitanga Fernandes³
Paulo Roberto Anderson Monteiro⁴
Aracéli Cristina de Sousa Ferreira⁵

¹ Técnica em Contabilidade e Graduanda em Ciências Contábeis FACC/UFRJ.

² Graduanda em Ciências Contábeis FACC/UFRJ.

³ Bacharel em Ciências Contábeis FACC/UFRJ, Especialista em Economia IE/UFRJ, Mestrando em Ciências Contábeis FACC/UFRJ.

⁴ Bacharel em Ciências Contábeis UFES, Especialista em Contabilidade Gerencial UFES, Mestrando em Ciências Contábeis FACC/UFRJ.

⁵ Doutora em Contabilidade – FEA/USP

RESUMO

As informações divulgadas através do balanço social tem tido uma inserção cada vez maior no meio empresarial, num contexto aonde a responsabilidade social vem aumentando de importância e reconhecimento por toda a sociedade. Diante disto, procurou-se demonstrar até que ponto os balanços sociais das empresas do setor petroquímico e elétrico sediadas no estado do Rio de Janeiro permitem avaliar a transparência das informações prestadas sobre suas atividades e ações na esfera social. Com a finalidade de se estabelecer um parâmetro mínimo de comparação entre as diversas companhias analisadas foi feita uma análise setorial, por ramo de atividade, através dos dados extraídos dos balanços sociais e DVA's das empresas estudadas.

Palavras-chaves: Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado, Responsabilidade Social.

1. INTRODUÇÃO

Os freqüentes problemas sociais e ambientais que vêm ocupando a mídia de muitos países acabaram por atrair a atenção dos pesquisadores de diversas áreas para este problema. Por seu lado, a Contabilidade absorveu também essas preocupações e vem desenvolvendo instrumentos para medir os níveis de envolvimento e contribuição das organizações à comunidade. De um enfoque voltado para a maximização do valor de empresas aos acionistas, o foco aos poucos migra para uma reavaliação de sua responsabilidade social no tocante ao tripé do desenvolvimento sustentável, cujas variáveis são o econômico, o social e o ambiental. A própria concepção de valor (antes da riqueza) muda para o valor adicionado a distribuir (MARQUES, 2004: 308).

As informações divulgadas através do balanço social tem tido uma inserção cada vez maior no meio empresarial, num contexto aonde a responsabilidade social vem aumentando de importância e reconhecimento por toda a sociedade. Não obstante, as empresas têm se preocupado em evidenciar, como principal agente econômico produtor de riquezas na sociedade, que não apenas geram lucros aos acionistas, mas que também agregam valor à sociedade como um todo.

Na análise do balanço social percebe-se o quanto uma empresa está disposta a abrir mão de parte de suas receitas em favor da sociedade e na recuperação e proteção ambiental. Para avaliar a capacidade de envolvimento da empresa com a comunidade na qual está inserida, é necessário um entendimento mais profundo sobre a estrutura e as informações apresentadas no balanço social. É de se esperar que este tipo de avaliação permita conhecer os benefícios ou prejuízos sociais gerados ou que não acrescentam nenhum valor à qualidade de vida da comunidade onde estão localizadas.

Esta pesquisa buscou demonstrar até que ponto os balanços sociais das empresas do setor petroquímico e elétrico sediadas no estado do Rio de Janeiro permitem avaliar a transparência das informações prestadas sobre suas atividades e ações na esfera social. As demonstrações analisadas dizem respeito às operações no ano de 2002, e foram extraídas em sua totalidade dos relatórios anuais das diversas companhias. Na análise, foram utilizados índices percentuais semelhantes aos indicadores econômico-financeiros, criados especificamente para este fim, que permitiu não só uma melhor compreensão dos dados, como também uma comparação entre as empresas. Além disso, buscou-se agrupar as empresas por setores, dada as especificidades inerentes a cada empresa e ao seu ramo de atuação.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Está cada vez mais difundida nos vários setores da sociedade a idéia de que a atual situação do mundo requer atenção especial das empresas para sua dimensão social, sejam elas públicas ou privadas, pois são agentes no processo de desenvolvimento social de qualquer país.

Em países desenvolvidos, é possível encontrar empresas que introduzem variáveis sociais e ambientais na sua gestão uma vez que são pressionadas pela opinião pública e por legislações mais rigorosas, havendo cada vez mais a necessidade de demonstrar à sociedade que não se progride sem a pureza do ar, a preservação das florestas e com desigualdade social.

A discussão em torno da atuação social das empresas e da construção de uma ética empresarial acabou tendo conseqüências concretas, pois muitas empresas começaram a investir em áreas sociais, tradicionalmente ocupadas somente pelo Estado. Além disso, as formas tradicionais de relacionar-se com funcionários e fornecedores foram modificadas, bem como sua relação com o meio ambiente e com as comunidades mais próximas.

O instrumento de comunicação que favorece a compreensão da interação de todas as partes relacionadas à empresa é conhecido como Balanço Social. Através dele, a sociedade obtém informações quanto aos gastos efetuados em programas sociais que a companhia esteja ou venha desenvolver. Os trabalhadores, parte essencial do processo produtivo, podem utilizá-lo para avaliar suas expectativas, sem contar que os indicadores utilizados no balanço social podem estimular o desempenho dos empregados.

Os fornecedores e os investidores podem obter informações de como a empresa encara suas responsabilidades quanto a seus recursos humanos, o que é um bom indicador da sua

administração. Atualmente, os grandes investidores internacionais, ao analisarem oportunidades de novos negócios, procuram avaliar a imagem da empresa segundo seu apoio ao governo no encaminhamento de soluções nacionais. Para os consumidores, dá uma idéia da mentalidade dos dirigentes da companhia, o que pode ser associado à qualidade do produto ou serviço que a empresa oferece. Ao Estado, ajuda na formulação de políticas públicas: o balanço social apresenta subsídios para a elaboração de normas legais que regulamentem a atividade das empresas com vista ao bem-estar individual e da comunidade.

3. BALANÇO SOCIAL

Não se pode falar de Balanço Social sem citar a França que, desde 1977, tornou a publicação do “balanço social” obrigatória para as empresas com mais de 750 empregados, o que demonstra a preocupação da sociedade e do governo daquele país com os aspectos sociais inerentes à gestão empresarial.

Ressalta-se que os últimos quarenta anos tem sido marcado por profundas transformações sociais e econômicas, mas foi nos anos 90 que apareceram, tanto no meio empresarial quanto no meio acadêmico as expressões *Responsabilidade Social das Empresas* e de seus correlatos: *empresa socialmente responsável, ética nas empresas, balanço social, filantropia empresarial, empresa cidadã* etc.

Sucupira (2001: 124) conceitua Balanço Social como:

“O balanço social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida”

Nesta definição não é mencionado se a informação fornecida deve ser de caráter qualitativo ou de caráter quantitativo ou de ambas. Todavia, percebe-se que o balanço social é um instrumento valioso para medir o desempenho social e a responsabilidade social das empresas. É o instrumento que evidencia como elas são administradas em relação a seus empregados, dependentes e população que recebe sua influência direta. É uma forma de prestar contas de suas atividades, um mecanismo de construção de vínculos mais estreitos entre empresa e sociedade.

No presente momento, não existe um modelo único para a divulgação do balanço social. No Brasil, os modelos mais conhecidos são os desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e pelo selo Instituto Ethos. O modelo do IBASE tem servido de parâmetro para a elaboração dos relatórios sociais das empresas, sendo que ele reúne quatro aspectos que se relacionam com a responsabilidade social das empresas: o desempenho ambiental, o investimento em recursos humanos, a demonstração de valor adicionado e as ações voltadas para a sociedade. Contudo, neste modelo a abordagem do valor agregado é feita parcialmente. Em compensação, o Instituto Ethos contempla a Demonstração de Valor Adicionado (DVA) em seu modelo de balanço social.

Destaca-se que apesar de suas restrições como instrumento de divulgação do impacto social da organização, a DVA evidencia a distribuição do valor agregado à sociedade. Informação importante para qualquer país, mormente aqueles com índices de concentração de renda tão elevados. Com isto, informações que enfatizem as características redistributivas ou não do processo produtivo são de grande valor.

3.1 A Questão Ambiental

A questão ambiental nas empresas é também um elemento importante dentro do conceito de responsabilidade social. Espera-se que uma empresa que cause danos ambientais tenha a preocupação de recuperar a área degradada e evidenciar informações relativas ao seu desempenho ambiental, visando pelo menos o bem estar da comunidade circunvizinha. Aliás, não só isso, mas também que ela tenha a preocupação de prevenir, evitando a degradação.

Dentro desta expectativa, pode-se destacar o problema do não reconhecimento do passivo ambiental, que representa o sacrifício de benefícios econômicos realizados na recuperação do meio ambiente degradado, de forma a permitir a compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e o meio ecológico. Além disso, o passivo ambiental pode ser decorrente de uma conduta inadequada em relação às questões ambientais. Todavia, poucas empresas no Brasil têm a preocupação de evidenciar o passivo e os investimentos em meio ambiente nos relatórios contábeis e/ou no balanço social.

O não reconhecimento do passivo ambiental pode até mesmo comprometer a continuidade da empresa e a qualidade da informação dada à sociedade e aos investidores de forma geral. Um caso clássico, citado em diversos artigos e trabalhos acadêmicos, é o da empresa Rhodia que adquiriu as instalações de outra no município de Cubatão-SP e após concluir o processo de compra descobriu a existência de um depósito de lixo químico dentro da empresa, o que a obrigou a arcar com os custos para tratar o lixo químico, maiores do que o preço pago, sob o risco de comprometer a continuidade da empresa, bem como seu relacionamento com a sociedade.

Ribeiro e Lisboa (2000) afirmam que entre as dificuldades apresentadas para o reconhecimento do passivo ambiental nas demonstrações contábeis estão: identificar o fato gerador no momento em que ele ocorre; e mensurar o montante dos gastos necessários para saná-los. Além disso, os referidos autores lembram que o não reconhecimento do passivo ambiental não se justifica, pois os princípios contábeis prevêm que todas as obrigações, ambientais ou não, devem ser registradas ainda que por meio de estimativas, e na impossibilidade de se estimar tais obrigações, que elas sejam pelos menos mencionadas em notas explicativas.

3.2 Demonstração do Valor Adicionado

A DVA é a demonstração contábil que divulga a geração de valor produzido pela própria empresa, mediante suas próprias atividades, e a retribuição aos componentes econômicos que formaram esse valor adicionado (CONSENZA, 2003: 10).

Tabela 1 – Classificação dos Stakeholders

Beneficiários	Benefícios
Empregados	Salários e encargos sociais, treinamentos recebidos, participações nos lucros e resultados, plano de aposentadoria e outros benefícios diretos e indiretos.
Governo	impostos, taxas e contribuições, em nível federal, estadual ou municipal.
Financiadores	juros e encargos sobre dívidas onerosas, aluguéis.
Proprietários	dividendos e juros sobre o capital próprio.
Lucros retidos	Lucros não distribuídos que serão reinvestidos nas atividades.

Fonte: Marques (2004: 313)

Segundo Marques (2004: 312) a demonstração do valor adicionado tem como objetivo apresentar o valor da riqueza gerada pela entidade em dado período (fluxo), bem como sua forma de distribuição aos *stakeholders* (beneficiários). Para Consenza (2003) essa informação ainda deve ser transmitida de forma “simples e objetiva” para o entendimento de qualquer usuário, conhecedor ou não de contabilidade.

Ribeiro e Lisboa (1999) expõem que o valor adicionado constitui-se da receita de venda deduzido dos custos dos recursos adquiridos de terceiros como: matéria-prima, mercadorias para revenda, serviços de terceiros, energia elétrica, enfim todos os insumos adquiridos de terceiros e consumidos durante o processo operacional.

O resultado representa o que a empresa adicionou aos insumos/serviços adquiridos de terceiros para chegar ao seu produto/serviço final; corresponde, portanto, à riqueza gerada. É o que tem se convencionado denominar Valor Adicionado Bruto. Todavia, a empresa utiliza-se de recursos de ativos para a geração desse valor, tal consumo de ativos deve figurar como uma redução desse valor bruto, conduzindo então, ao Valor Adicionado Líquido.

A distribuição do valor adicionado identifica a contribuição da empresa para a sociedade e os setores por ela priorizados. A utilidade desta demonstração está em possibilitar a avaliação da performance da empresa no contexto social de geração de riquezas, e da sua conseqüente distribuição. Assim, a Contabilidade atua como instrumento informativo dessa geração e distribuição de riquezas, por meio da identificação, mensuração e divulgação das referidas informações.

Para Consenza (2003: 16), a utilidade de tal demonstração se justifica pelas mudanças conjunturais que tornaram o meio empresarial mais exigente quanto à qualidade e utilidade das informações contábeis. Somente critérios econômicos e legais não mais satisfazem os empresários nas suas tomadas de decisão. Relações entre as cadeias produtivas são demasiadamente importantes nos dias de hoje, cabendo a contabilidade, portanto, se adequar a estes novos anseios das organizações.

A relação entre a Demonstração de Valor Adicionado (DVA) e o Balanço Social é evidente e diversos dados são comuns a ambas demonstrações. Sendo a origem deles a mesma, a credibilidade das informações constantes no balanço social tenderia a apresentar uma melhor qualidade. Entende-se desta forma, pois os valores da DVA são auditados ao final do período, e só então são levados ao Balanço Social. Tal fato por si só, já evidencia ao menos, uma preocupação com a qualidade da informação.

Sob o enfoque da disseminação de informações sociais a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pode ser classificada como um modelo de relatório, de natureza econômica, que traduz a criação de riquezas, através do consumo de recursos e insumos intermediários e a forma de distribuição dessa riqueza, sendo entendido como um indicador de eficiência e eficácia da gestão empresarial.

O aumento no nível de publicação da DVA tende a aproximar a contabilidade tradicional de um enfoque social, uma vez que aglutina informações contábeis a um modelo de mensuração do Produto Interno Bruto (PIB), através do somatório de todos os resultados agregados, obtidos a partir dos resultados das empresas.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Com a finalidade de se estabelecer um parâmetro mínimo de comparação entre as diversas companhias analisadas foi feita uma análise setorial, por ramo de atividade, através de dados extraídos dos balanços sociais e DVA's das empresas estudadas.

4.1 Setor Petroquímico

Inicialmente é apresentada a análise das empresas do setor petroquímico: Petroflex Indústria e Comércio S.A., Shell Brasil LTDA e Petrobrás – Petróleos Brasileiros S.A.

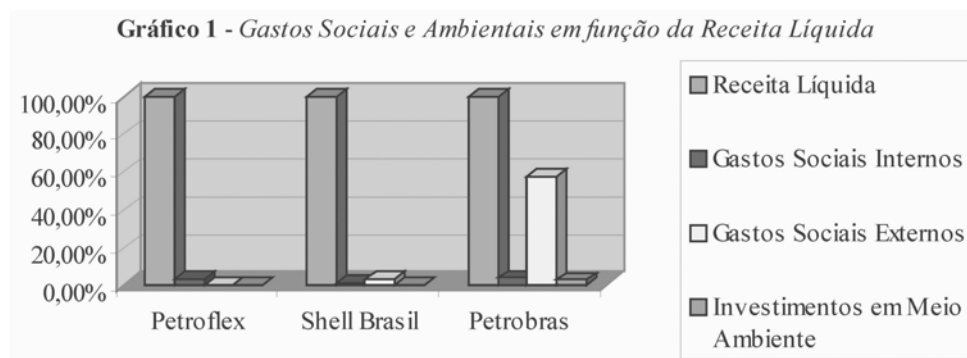
Quadro 1 – Dados Extraídos das Demonstrações Sociais (BS e DVA) de 2002

Indicadores	Petroflex	Shell Brasil	Petrobrás
Receita Líquida	807.374.000	9.490.433.033	69.176.155.000
Gastos Sociais Internos	24.920.000	86.053.873	2.692.325.000
Gastos Sociais Externos	777.000	338.430.000	39.990.149.000
Contribuições para a Sociedade	777.000	1.730.000	254.002.000
Tributos (exceto encargos sociais)	-	336.700.000	39.736.147.000
Investimentos em Meio Ambiente	1.481.000	68.883.750	1.968.263.000

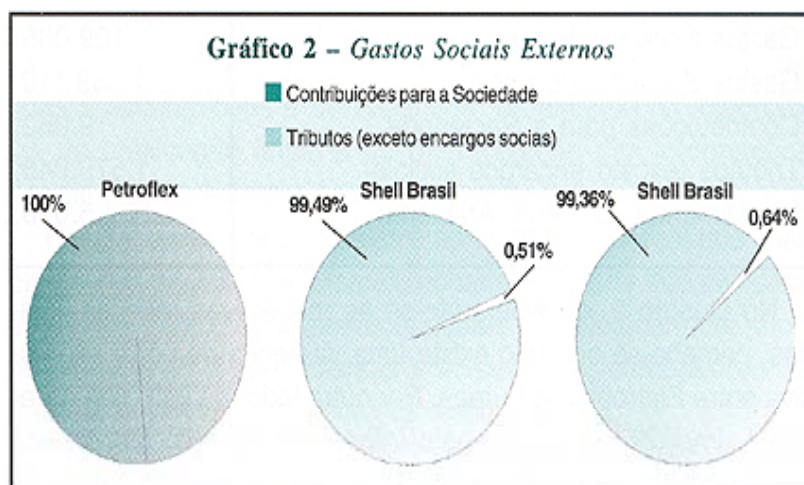
A partir dos valores apresentados no Quadro 1, pode-se perceber uma variação relevante no que diz respeito aos gastos da Petrobrás em comparação com as outras empresas do setor, principalmente quanto aos gastos sociais externos. Além disso, nota-se uma diferença significativa entre o porte das empresas analisadas, sendo que a Petrobrás opera com números bastante elevados, com a sua receita líquida e os seus gastos sociais e ambientais muito superiores aos das demais companhias.

Outro ponto a ser destacado é o investimento em meio ambiente da Shell Brasil, que apresentou em seu balanço social o montante de U\$ 19,5 milhões de dólares gastos em saúde, segurança e meio ambiente. Assim, para manter a comparabilidade com as demais empresas, esta informação foi convertida para reais utilizando a taxa de câmbio de 31/12/2002, obtida no *site* do Banco Central do Brasil.

No Gráfico 1 são apresentados os gastos sociais e ambientais em função das receitas líquidas das empresas, evidenciando o comprometimento destas empresas com investimentos nestas áreas.



Na análise gráfica, percebe-se que, percentualmente, os gastos sociais internos e os investimentos em meio ambiente são relativamente próximos entre as empresas, se comparados com as suas respectivas receitas líquidas. Por sua vez, os gastos sociais externos da Petrobras são, proporcionalmente, bem superiores aos das demais companhias. Com isto, foi elaborado o Gráfico 2 que mostra a composição percentual dos elementos que compõem os gastos sociais externos.



No Gráfico 2, nota-se que os gastos sociais externos da Shell Brasil e da Petrobras são formados, principalmente, por tributos (exceto encargos sociais), enquanto que na Petroflex estes gastos se referem exclusivamente a contribuições para a sociedade, fato extremamente positivo pois mostra apenas o que a empresa contribui de forma direta para a sociedade. Todavia, este caso merece maiores investigações pois a empresa não informa em nenhum quadro qual foi o montante gasto com tributos.

Já os investimentos em meio ambiente ficaram abaixo das expectativas, considerando-se que a atividade exercida por estas empresas pode ser bastante agressiva ao meio ambiente e que a extração, o refino, e a distribuição de produtos petroquímicos trazem consigo

diversos riscos ambientais. Com isto, esperava-se que fosse destinado um percentual maior da receita líquida para este fim.

Na Tabela 2, são apresentados os percentuais da receita líquida destinados a investimentos em meio ambiente por cada empresa.

Tabela 2 – Investimento em Meio Ambiente

Empresa	Inv. Meio Ambiente %
Petroflex Indústria e Comércio S.A.	0,1834%
Shell Brasil LTDA	0,6556%
Petrobrás - Petróleos Brasileiros S.A.	2,8453%

A análise mostrou que a Petrobrás investe uma parcela relativamente maior de seus recursos em meio ambiente, mas tal fato pode ser justificado pelos consecutivos acidentes relacionados em suas operações nos últimos anos, além de ser a única empresa que possui as atividades de extração e refino de petróleo.

É interessante observar que, nas demonstrações contábeis, a Petrobrás apenas menciona que tomou todas as medidas cabíveis relacionadas aos diversos acidentes ambientais em que se envolveu nos últimos anos e que esta recorrendo das multas e penalidades aplicadas, não informando em nenhum momento o montante pago em consequência desses acidentes.

4.2 Setor Elétrico

Na análise do setor elétrico, as companhias estudadas foram: Light - Serviços de Eletricidade S.A., Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e Furnas - Centrais Elétricas S.A.

Quadro 2 – Dados Extraídos das Demonstrações Sociais (BS e DVA) de 2002

Indicadores	Ligth	Eletrobrás	Furnas
Receita Líquida	3.649.689.000	8.385.120.000	10.223.170.000
Gastos Sociais Internos	109.006.000	41.440.000	281.074.000
Gastos Sociais Externos	1.588.110.000	3.435.811.000	736.193.000
Contribuições para a Sociedade	9.062.000	64.571.000	15.258.000
Tributos (exceto encargos sociais)	1.579.048.000	3.371.240.000	720.935.000
Investimentos em Meio Ambiente	5.018.000	12.000	75.054.000

No Quadro 2, considerando-se as respectivas receitas líquidas, percebe-se que não existe uma diferença de porte expressiva entre Eletrobrás e Furnas. Por outro lado, a Ligth, que apresenta uma receita líquida bem inferior as demais, tem gastos sociais internos e investimentos em meio ambiente maiores do que os valores informados pela Eletrobrás e seus gastos sociais externos são superiores aos gastos de Furnas nesta área. Cabe aqui um questionamento: o que levaria uma empresa a ter gastos sociais e ambientais maiores do que empresas de maior porte, dentro do mesmo ramo de atividade?

Gráfico 3 - Gastos Sociais e Ambientais em função da Receita Líquida

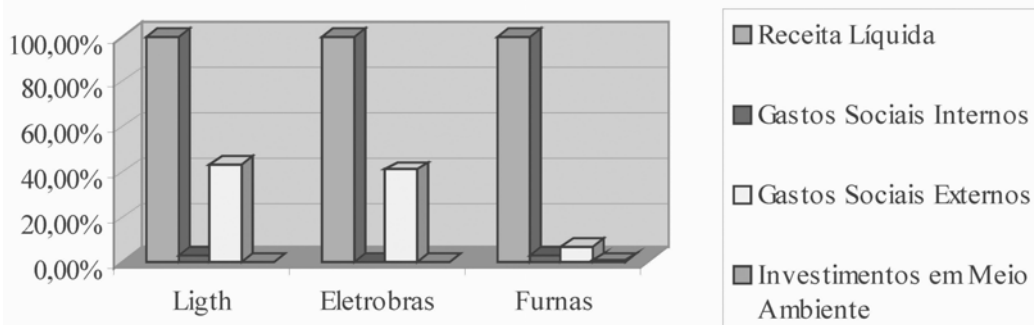
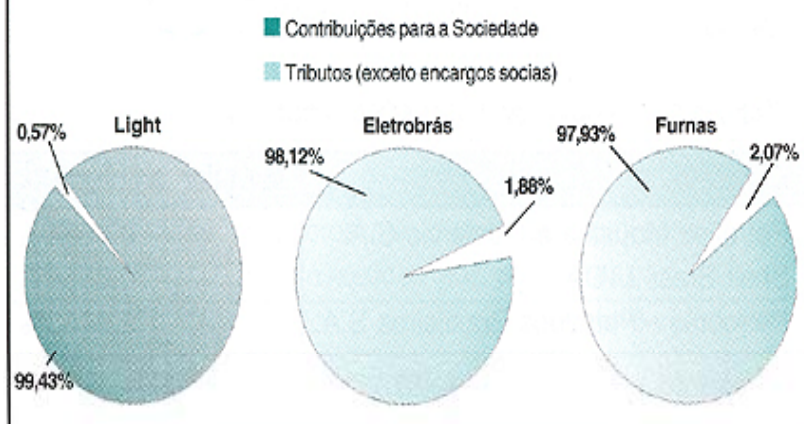


Gráfico 4 - Gastos Sociais Externos



o Gráfico 3, os dados do Quadro 2 são apresentados em função da receita líquida. Nele se observa que os maiores gastos foram os sociais externos, não havendo grandes diferenças entre os gastos sociais internos e os investimentos em meio ambiente. O que chama atenção neste Gráfico, é fato dos gastos sociais externos da Ligth e da Eletrobrás representarem, aproximadamente, 40% de suas receitas líquidas e de Furnas não alcançou nem 10% de sua receita líquida.

A análise da participação percentual dos valores que compõe os gastos sociais externos (Gráfico 4), revelou que os tributos (exceto encargos sociais) correspondem a quase totalidade destes gastos nas empresas em questão, sendo destinado muito pouco a contribuições para a sociedade.

No que tange os investimentos em meio ambiente, nota-se na Tabela 3 que o maior investimento foi feito por Furnas, enquanto que a Eletrobrás investiu muito pouco de sua receita líquida em meio ambiente. Considerando-se que as empresas são do mesmo setor, causa estranheza tal diferença. Contudo, para se fazer afirmações mais consistentes sobre este fato, seriam necessárias investigações mais aprofundadas a respeito.

Tabela 3 – Investimento em Meio Ambiente

Empresa	Inv. Meio Ambiente %
Ligth	0,1375%
Eletrobrás	0,0001%
Furnas	0,7342%

Esperava-se, por parte dessas companhias, que fossem destinadas parcelas maiores da receita líquida para os investimentos em meio ambiente. Uma vez que as atividades de geração e distribuição de energia envolvem diversos riscos ambientais, pois a geração de energia provoca impactos diretos sobre o meio ambiente, tanto por hidrelétricas, quanto por termoeletricas ou usinas nucleares.

5. CONCLUSÃO

No que concerne às informações obtidas para a análise feita neste estudo, as principais conclusões são:

a) A evidenciação é pobre quando se trata dos investimentos em meio ambiente, havendo pouca informação sobre se eles são provenientes de investimentos espontâneos em recuperação ambiental, de multas ou juros de mora sobre estas ou de obrigações legais determinadas pela legislação pertinente a cada setor. Não constando nenhuma informação no balanço social nem em notas explicativas.

b) No que tange aos gastos sociais, também não há essa correta evidenciação da destinação dos recursos. Nos gastos sociais externos estão incluídos as contribuições à sociedade e os tributos (exceto encargos sociais), contudo não há informação sobre o que compõe estes valores, o mesmo ocorrendo com os gastos sociais internos. Com isto, não é possível afirmar se tais gastos são espontâneos ou não, o que enfatiza a pouca transparência dos balanços sociais divulgados.

c) Foi observado nos balanços sociais analisados, a tendência de incluírem as contribuições para a sociedade e os tributos (exceto encargos sociais) dentro dos gastos sociais externos. Acredita-se que a segregação destas informações aumentaria a transparência dos balanços sociais, pois a primeira refere-se a contribuições diretas e espontâneas e a segunda a contribuições indiretas e compulsórias.

d) Pelo fato das companhias não evidenciarem, em notas explicativas, quais gastos foram espontâneos e quais foram devidos a sanções governamentais, pode-se deduzir que esses gastos podem ser oriundos até que por completo de indenizações, juros de mora, e assim por diante. Se este for o caso, tais demonstrações sociais parecem estar sendo utilizadas como ferramentas de marketing, transparecendo uma imagem da companhia que não é totalmente verdadeira.

Assim sendo, pode-se afirmar que a Contabilidade possui os meios para proporcionar uma maior uniformidade, comparabilidade e regularidade aos balanços sociais publicados, aumentando sua transparência, como já o faz com os demais demonstrativos. Entretanto, nas empresas estudadas as informações apresentadas não possuem uma padronização dificultando a análise comparativa entre elas. O uso da contabilidade na elaboração do balanço social se faz de suma importância para sua qualidade e relevância.

A questão da divulgação de atividades sociais e contribuições ao meio ambiente por parte das empresas trazem a tona à necessidade de um modelo que possibilite estabelecer parâmetros comparativos e de qualidade. Acredita-se na importância da publicação anual e da padronização das informações sociais publicadas através do balanço social.

Por fim, conclui-se que se as empresas entenderem que suas obrigações sociais e ambientais podem ir além de sua atividade e que sua participação nestas questões proporcionam um retorno direto junto a seus clientes e investidores, certamente elas terão uma postura “socialmente responsável”.

6. REFERÊNCIAS

1. Balanço Social. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em dez 2003.
2. Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bacen.gov.br/TXCONVERSÃO>. Acesso em maio de 2004.
3. CONSENZA, José P. *A eficácia informativa da demonstração de valor adicionado*. **Revista Contabilidade & Finanças**. USP: São Paulo; edição comemorativa; out. 2003; p. 7-29.
4. FREIRE, Fátima de Souza. REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. *Uma Descrição Sucinta do Balanço Social Francês, Português, Belga e Brasileiro*. In: **Balanço Social: teoria e prática**. Organizado por SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.
5. MARQUES, José A.V.C. **Análise Financeira das Empresas**: liquidez, retorno e criação de valor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2004.
6. RIBEIRO, Maisa de S.; LISBOA, Lázaro P. *Balanço Social*. **Revista Brasileira de Contabilidade**; nº 115; jan/fev 1999; p. 1-24.
7. _____. *Passivo Ambiental*. **Anais** do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000. Disponível em <http://www.eac.fea.usp.br>. Acesso em agosto de 2003.
8. SILVA, Izabel Augusta Teixeira da Cunha. **O Balanço Social nas Empresas Brasileiras que mais geram riquezas**. 2002. Tese (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, UFRJ, 2002.
9. SUCUPIRA, João A. *Ética nas Empresas e Balanço Social*. In: **Balanço Social: teoria e prática**. Organizado por SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.